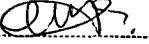




MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 15 / 07 / 1999
C	
	Rubrica

Processo : 10280.002750/97-59  
Acórdão : 203-04.490

Sessão : 13 de maio de 1998  
Recurso : 01.077  
Recorrente : DRJ EM BELÉM - PA  
Interessada : Daruma Telecomunicações e Informática S/A

**IPI – RECURSO DE OFÍCIO – Comprovado o direito à isenção. Recurso de ofício negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
DRJ EM BELÉM – PA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de ofício.**

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1998

  
Otacílio Dantas Cartaxo  
**Presidente**

  
Daniel Corrêa Homem de Carvalho  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Francisco Sérgio Nalini, Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva, Renato Scalco Isquierdo, Mauro Wasilewski, Elvira Gomes dos Santos e Sebastião Borges Taquary.

LDSS/CF



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo : 10280.002750/97-59**

**Acórdão : 203-04.490**

**Recurso : 01.077**

Recorrente : DRJ EM BELÉM – PA

### RELATÓRIO

Contra a contribuinte foi lavrado Auto de Infração de fls. 01/08, pelo não lançamento do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, incidente sobre o faturamento, referente aos períodos de apuração de FEV/95 a JUN/95.

Em Impugnação de fls. 14/19, a recorrente alega, em síntese, que forneceu telefones públicos a cartão, produto de sua industrialização, entre FEV a JUN 95, e que deixou de lançar o IPI por se tratar de produto isento, aprovado pelo AD CST nº 109/92.

Que, para a fiscalização, tal produto não se encontra listado na Revisão I do Acordo de Participação da Indústria Nacional.

A impugnante afirma gozar do benefício de isenção do IPI até 29/OUT/99, conforme Portaria Interministerial nº 867, de 26/MAI/94, fundamentada no art. 87 da CEF, no art. 4º da Lei nº 8.248/91 e nos arts. 6º e 18 do Decreto 792/93.

Assim, requer o cancelamento do auto de infração e o arquivamento do processo.

A autoridade monocrática, às fls. 56/57, entende como verdadeira a alegação da interessada, determinando, assim, o cancelamento do auto de infração.

É o relatório



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10280.002750/97-59

Acórdão : 203-04.490

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR DANIEL CORRÊA HOMEM CARVALHO**

Tendo em vista ter ficado comprovado, no presente processo, o direito da empresa ao gozo do benefício da isenção do IPI, previsto no art. 87 da CEF, no art. 4º da Lei nº 8.248/91 e nos arts. 6º e 18 do Decreto nº 792/93, entendo deva ser negado o presente Recurso de Ofício.

A autoridade recorrente comprova que as hipóteses da legislação estavam preenchidas pela empresa.

Por todo exposto, nego provimento ao Recurso de Ofício.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1998

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'D. C. H. C.'

DANIEL CORRÊA HOMEM DE CARVALHO